

1. Contexto operacional

A PBG S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores no Brasil, Bolsa, Balcão (B³), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011 e editado em 18 de fevereiro de 2019, que detém, em 31 de dezembro de 2020, 51,7% das ações da Companhia, 2,5% ações em tesouraria e 45,8% das ações remanescentes, detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto têm como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior. A Companhia possui uma fábrica na cidade de Tijucas - SC e outra em Marechal Deodoro - AL, além dos centros de distribuição.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra dezessete lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica, que desde o segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais no Sudeste e (v) Portobello America que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano e gradativamente retomou as operações a partir do segundo semestre de 2018, e no ano de 2019 foi constituída a (vi) Portobello America Manufacturing, LLC, uma subsidiária da Portobello America, com o intuito da construção da fábrica nos EUA.

1.1 Efeitos do Covid - 19 e ações tomadas pela Companhia

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção do COVID-19, reforçando os protocolos de higiene, informando sobre o tema em seus canais de comunicação e seguindo todas as orientações de prevenção sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como as determinações governamentais nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

A Administração vem avaliando de forma constante o impacto da pandemia nas operações e da solidez patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Através do Comitê de Crise, também implementou uma série de ações com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade, dentre elas:

- Fortalecimento da posição de caixa através da captação de linhas de crédito bancárias (nota explicativa nº 23) e do ajuste do plano anual, reduzindo despesas e suspendendo investimentos não essenciais.
- Proteção às operações, adequando a produção com a suspensão de parte da produção das plantas de Tijucas (SC), Marechal Deodoro (AL) e a gestão dos estoques de forma a resguardar as relações comerciais e suprir as demandas dos nossos clientes, adaptando a organização, produção, logística e transporte de colaboradores, assim como garantindo distanciamento seguro e evitando aglomerações.
- Prorrogação temporária dentro do ano de prazos de clientes, parcialmente mitigados com prorrogação junto a fornecedores e prorrogação de impostos, já normalizados ao final do 4º trimestre.

- Análise criteriosa de *impairment* de ativos, onde a Companhia manteve R\$ 10.310 (nota explicativa nº 8) de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa e não identificou necessidade de *impairment* os ativos financeiros e nos estoques, tendo tomado por base projeções atualizadas disponíveis na data de fechamento destas demonstrações que justificam a manutenção dos valores.
- Adoção de férias e suspensão dos contratos de trabalho de abril a maio para a área industrial, através da MP 936, bem como redução de 25% na jornada de trabalho e nos salários para a área administrativa. Ao final do mês de julho, tanto a área industrial quanto a administrativa estavam operando com todas as suas unidades e capacidade.

No entanto, as restrições geradas pela pandemia não foram suficientes para impactar os números no ano de 2020, mantendo suas previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos.

A Companhia priorizou a manutenção de caixa para enfrentar as incertezas nos cenários e instabilidade dos mercados e com este contexto a Companhia teve uma rápida retomada de suas operações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2021.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidações**3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas****a) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercidos ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2020 é:

	País de constituição	Participação direta	Participação Indireta
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	2,00%

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das empresas controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações dos não controladores

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações em não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldos

dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma, não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócio são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a principal tomadora de decisões operacionais. A principal tomadora de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos de negócio, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 35.

b) Empresas controladas no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos e Euro) registrados por controlada, sediada no exterior, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

3.4 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, dividendos a receber, crédito com controladas, depósitos judiciais em garantia e recebíveis da Eletrobrás.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebram acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

(v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados, pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

(ii) Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de *swaps* de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Tributos a recuperar

Abrange créditos fiscais alocados no ativo circulante e no não circulante, conforme a expectativa de realização apurada pela Companhia. Nos casos em que a origem do crédito tributário envolve processo judicial, o registro do ativo é suportado pelas sentenças favoráveis à Companhia, que considera praticamente certa a realização de tais créditos, conforme disposto na nota explicativa nº 10.

3.8 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são aquelas incorridas antes do evento que gerará benefícios futuros à Companhia e referem-se aos gastos com feiras que, após a realização do evento, sofrem redução mensal do valor em parcelas, através de apropriação. Tal apropriação de despesas deve ser feita no resultado do período a que corresponderem, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas.

3.9 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativos não circulantes.

3.10 Depósitos em garantia

Trata-se de ressarcimento pela aquisição de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S.A. que foram utilizados pela Companhia na liquidação de tributos federais e posteriormente acabaram não sendo validados por parte da Fazenda Nacional. A Companhia optou por efetuar o registro no ativo não circulante pois não há uma data definida para sua realização, conforme discorre a nota explicativa nº 13.

3.11 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

3.12 Ativos judiciais

Os ativos judiciais referem-se a créditos tributários, para os quais a Companhia possui processos judiciais cuja entrada de benefícios econômicos é considerada praticamente certa, conforme a nota explicativa nº 16.

3.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as

variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 18).

3.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados para resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação (nota explicativa nº 19).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.15 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente, deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, mencionadas na nota explicativa nº 20, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas, patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

3.16 Arrendamentos (CPC 06 (IFRS 16))

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Dos contratos que abrangem o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos, dos Centros de Distribuição e das lojas próprias.

3.17 *Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.19 Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

3.20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*).

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.21 Adiantamento de clientes

Ocorre quando a Companhia recebe um adiantamento de cliente por conta do fornecimento futuro de bens e serviços, antes mesmo da entrega do produto ou serviço solicitado pelo cliente e da geração da nota fiscal. O maior saldo encontra-se no consolidado e provém das lojas próprias, devido à característica da operação.

3.22 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em seu montante nas Demonstrações Financeiras, bem como os classificados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados.

Os ativos fiscais não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.23 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os tributos diferidos são consumidos à medida em que as diferenças temporárias ativas e passivas sejam realizadas e também pela compensação do prejuízo fiscal, conforme nota explicativa nº 15.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

O registro desses créditos fundamentou-se pela expectativa futura de geração de lucros tributáveis, com base em estimativas preparadas pela Companhia, realizadas a partir de projeções efetuadas pela Administração, considerando cenários econômicos, taxas de desconto e demais variáveis que podem não se realizar.

3.24 Interpretação de IFRS emitida pelo IASB – ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

Na avaliação da Companhia, concluiu-se que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos, uma vez que foram considerados os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social.

3.25 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definidos, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento dessa participação é realizado pró-rata no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se como ponto de partida o EBITDA.

3.26 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 31.1.

3.27 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado do exercício.

3.28 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando a Companhia transfere o controle, ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (*Home Centers*, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

Nas vendas de produtos por atacado, nos grandes *Home Centers* possui a espécie de abatimento comercial ou *rebate* que surgiu como um desconto especial atrelado ao atingimento de volume de vendas por um certo período de tempo, é a concessão de descontos sempre após a compra, ou seja, de modo retroativo, equivalente a um pagamento feito pelo vendedor ao comprador e não a um abatimento, propriamente dito, no valor final da compra.

b) Receita de franquias

A receita de franquia (royalties) é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis nas controladas.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.29 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Revisão da vida útil remanescente

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 27 – ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisam a vida útil econômica estimada dos ativos para o cálculo da depreciação e foi avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perdas nos estoques

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuírem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças

temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Tratamento fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

f) Taxa Incremental sobre empréstimo do arrendatário

A Companhia não teve condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

g) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em

parte, nas condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 30.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 23. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

c) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi notificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos calendário de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e o processo administrativo encontra-se aguardando julgamento dos Recursos Especiais, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.

d) Ativos fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e seus julgamentos:

- Ativos tributários (nota explicativa nº 16) - Os julgamentos críticos utilizados pela Companhia para o registro do ativo tributário é quando o processo não cabe mais recurso e quando sua realização é praticamente certa, então deixa de ser um ativo contingente e o seu reconhecimento passa a ser devido.
- Ativo contingente (nota explicativa nº 17) - A Companhia adota a não contabilização deste ativo, uma vez que pode se tratar de um ativo que nunca venha a ser realizado, cujo ganho, apesar de provável,

ainda não seja praticamente certo. A posição da Companhia está alinhada com as práticas contábeis, que indicam que o ativo contingente somente deve ser divulgado em nota explicativa.

e) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela gerência responsável, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a vice-presidência de finanças identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia apresenta a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber	42.935	55.350	60.211	62.464
Conta corrente	1.502	241	21.912	241
Créditos com controladas	45.308	90.338	-	-
Ativos expostos	89.745	145.929	82.123	62.705
Provisão para passivo a descoberto em controladas	-	(57.643)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(15.332)	(18.539)	(37.845)	(21.135)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(45.210)	(16.976)	(45.210)	(16.976)
Passivo de arrendamento	-	-	(4.734)	(4.736)
Empréstimos e financiamentos	(49.123)	(51.813)	(49.123)	(51.813)
(-) Operação <i>Swap</i>	14.117	16.433	14.117	16.433
Passivos expostos	(95.548)	(128.538)	(122.795)	(78.227)
Exposição líquida	(5.803)	17.391	(40.672)	(15.522)

Essa exposição cambial é dividida em:

a) Euro:

	Em Euro			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber	197	283	197	283
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(1.012)	(3.024)	(1.012)	(3.024)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(7.071)	(3.475)	(7.071)	(3.475)
	(7.886)	(6.216)	(7.886)	(6.216)

b) Dólar:

	Em Dólar			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber	8.020	13.373	11.344	15.138
Conta corrente	288	60	4.215	60
Créditos com controladas	8.718	22.413	-	-
Provisão para passivo a descoberto em controladas	-	(14.301)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(1.730)	(1.209)	(6.062)	(1.853)
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	(305)	-	(305)
Obrigações de arrendamento	-	-	(911)	(1.175)
Empréstimos e financiamentos	(9.453)	(12.855)	(9.453)	(12.855)
(-) Operação <i>Swap</i>	2.717	4.077	2.717	4.077
	8.560	11.253	1.850	3.087

A Companhia mantém a estratégia de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos a taxas fixas, expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são realizadas em CDB bancários com uma pequena parcela em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta os limites de crédito sempre que é detectada qualquer alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e vice-presidência de finanças.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais descontados.

	Controladora									
	31 de dezembro de 2020					31 de dezembro de 2019				
	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	223.908	7.594	280.943	9.290	521.735	231.984	4.554	193.211	11.455	441.204
Entre um e dois anos	210.603	4.763	151.364	9.290	376.021	357.412	3.226	124.754	22.584	507.976
Entre dois e cinco anos	215.592	8.117	18.357	25.127	267.193	159.998	4.045	-	20.933	184.976
Acima de cinco anos	77.663	-	-	-	77.663	5.639	-	-	-	5.639
	727.766	20.474	450.664	43.707	1.242.611	755.033	11.825	317.965	54.972	1.139.795

	Consolidado									
	31 de dezembro de 2020					31 de dezembro de 2019				
	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	* Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	223.908	34.803	295.244	9.354	563.309	231.984	14.465	205.395	11.765	463.609
Entre um e dois anos	210.603	11.963	151.364	9.354	383.284	357.412	7.328	124.754	22.880	512.374
Entre dois e cinco anos	215.592	24.878	18.357	25.298	284.125	159.998	3.273	-	20.933	184.204
Acima de cinco anos	77.663	1.538	-	-	79.200	6.982	-	-	-	6.982
	727.766	73.182	464.965	44.006	1.309.919	756.376	25.066	330.149	55.578	1.167.169

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores das despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Esse estudo tem como base o cenário provável de alta da taxa CDI para 2,88% ao ano, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e da Selic para 2,88% ao ano. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

	31 de dezembro de 2020	Risco	Consolidado em Reais					
			Taxa Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	326.325	Alta CDI	2,88%	9.398	3,60%	11.748	4,32%	14.097
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(223.304)	Alta CDI	2,88%	(6.431)	3,60%	(8.039)	4,32%	(9.647)
Debêntures	(198.258)	Alta CDI	2,88%	(5.710)	3,60%	(7.137)	4,32%	(8.565)
Parcelamento de obrigações tributárias	(44.007)	Alta Selic	2,88%	(1.267)	3,60%	(1.584)	4,32%	(1.901)
	(139.244)			(4.010)		(5.013)		(6.015)

* Índices Selic e CDI extraídas do site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 15 de março de 2021.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2020 para os quais, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então agravada em 25%, 50%, -25%, -50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2020		Cenário Provável	Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
	(Pagar)	Receber		Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
	Dólar	Reais					
Contas a receber	11.344	58.951	5.207	16.040	32.079	(16.040)	(32.079)
Conta corrente	4.215	21.904	1.935	5.960	11.919	(5.960)	(11.919)
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(6.062)	(31.502)	(2.783)	(8.571)	(17.142)	8.571	17.142
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(9.453)	(49.124)	(4.339)	(13.366)	(26.732)	13.366	26.732
(-) Contrato de Swap	2.717	14.119	1.247	3.842	7.683	(3.842)	(7.683)
Exposição líquida	2.761	14.348	1.267	3.904	7.808	(3.904)	(7.808)
	Euro	Reais					
Contas a receber	197	1.256	75	333	666	(333)	(666)
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(1.012)	(6.454)	(384)	(1.710)	(3.419)	1.710	3.419
Fornecedores de imobilizado e intangível	(7.071)	(45.098)	(2.684)	(11.946)	(23.891)	11.946	23.891
Exposição líquida	(7.886)	(50.296)	(2.994)	(13.322)	(26.645)	13.322	26.645

* Cenários possível e remoto calculados com base na taxa futura provável do euro e do dólar para 90 dias, obtida junto ao site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 15 de março de 2021.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base na dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices em 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Dívida Bancária Bruta	727.766	755.033	727.766	756.376
Disponibilidades	(245.779)	(249.488)	(326.325)	(275.378)
Endividamento Líquido	481.987	505.545	401.441	480.998
Total do patrimônio líquido	417.168	367.620	417.184	367.636
Total do capital	899.155	873.165	818.625	848.634
EBITDA	175.354	128.843	175.354	128.843
Endividamento Líquida/ EBITDA	2,75	3,92	2,29	3,73
Índice de alavancagem financeira (%)	54	58	49	57

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

O quadro a seguir demonstra a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Derivativos	14.117	9.041	14.117	9.041
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	245.779	249.448	326.325	275.378
Contas a receber de clientes	261.227	222.856	289.090	251.773
Dividendos a receber	53.023	37.237	-	-
Créditos com controladas	53.768	95.422	-	-
Créditos com outras pessoas ligadas	-	100.935	-	100.936
Depósitos judiciais	156.296	152.477	156.324	152.492
Aplicações financeiras vinculadas	13.317	7.552	13.317	7.552
Outros ativos	20.475	22.674	21.127	26.094
	<u>818.002</u>	<u>897.643</u>	<u>820.300</u>	<u>823.266</u>
Custo amortizado				
Fornecedores e Cessão	450.674	317.965	464.975	330.149
Empréstimos, financiamentos e debêntures	727.766	755.033	727.766	756.376
Dividendos a pagar	31.005	950	31.079	982
Obrigações de Arrendamento	20.473	11.825	73.182	39.531
Dívidas com Pessoas ligadas	56.330	22.803	53.723	22.803
Outros passivos	27.915	26.992	30.911	42.859
	<u>1.314.163</u>	<u>1.135.568</u>	<u>1.381.636</u>	<u>1.192.700</u>

A aplicação financeira possui um fundo de investimento de longo prazo e está atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste no valor de R\$ 8.120 e neste exercício, houve o reconhecimento do valor de R\$ 5.197 equivalente a US\$ 1.000 para a aplicação financeira vinculada conforme solicitado em *waiver* obtido junto ao banco. Também há uma aplicação de R\$ 14.047 dada como fiança para um empréstimo junto à outra instituição financeira.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações, majoritariamente em CDB bancários e uma pequena parcela em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo na data do balanço foi equivalente a 105,6% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e têm liquidez imediata, podendo ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas correntes	38.052	15.467	77.124	27.222
Aplicações financeiras	207.727	233.981	249.201	248.156
	<u>245.779</u>	<u>249.448</u>	<u>326.325</u>	<u>275.378</u>

7. Instrumentos financeiros

Os derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em junho de 2018, a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) e em conjunto uma operação de *Swap*, que visa proteger os pagamentos futuros desses empréstimos e financiamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Esta operação está classificada no passivo circulante e não circulante. Esta operação de Crédito, repactuada em junho de 2020, foi de US\$ 2,711, equivalente a R\$ 14.430, ao custo de 2,95% ao ano mais LIBOR-03 e variação cambial, com *Swap* para 100% CDI mais 2,95% ao ano e prazo de pagamento em 45 meses, com carência aproximada de 12 meses. As amortizações são trimestrais.

Em 31 de dezembro de 2020, houve ganho não realizada no valor de R\$ 3.656, conforme nota explicativa nº 35, montante este resultante do ganho com operações de *swap* e da perda com operação de *swap*, líquidos.

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8. Contas a receber de clientes

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

	Controladora		Cosolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber de terceiros				
Mercado interno	223.585	173.362	234.650	201.653
Mercado externo	42.935	55.350	60.211	55.350
	<u>266.520</u>	<u>228.712</u>	<u>294.861</u>	<u>257.003</u>
Contas a receber de partes ligadas				
Entidades ligadas à administração	342	372	1.148	1.041
	<u>342</u>	<u>372</u>	<u>1.148</u>	<u>1.041</u>
Total de contas a receber no curto prazo	<u>266.862</u>	<u>229.084</u>	<u>296.009</u>	<u>258.044</u>
Total de contas a receber mercado interno no longo prazo	<u>3.391</u>	<u>-</u>	<u>3.391</u>	<u>-</u>
Total de contas a receber	<u>270.253</u>	<u>229.084</u>	<u>299.400</u>	<u>258.044</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes				
PCLD Curto Prazo	(5.635)	(6.228)	(6.919)	(6.271)
PCLD Longo Prazo	(3.391)	-	(3.391)	-
	<u>(9.026)</u>	<u>(6.228)</u>	<u>(10.310)</u>	<u>(6.271)</u>
Total do contas a receber líquido de PCLD	<u>261.227</u>	<u>222.856</u>	<u>289.090</u>	<u>251.773</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

	Controladora					
	31 de dezembro de 2020	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2019	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	261.967	(2.826)	1,1%	217.635	(1.615)	0,7%
Vencidos até 30 dias	1.584	(378)	23,9%	4.138	(15)	0,4%
Vencidos de 31 a 60 dias	641	(182)	28,4%	1.800	(61)	3,4%
Vencidos de 61 a 90 dias	354	(98)	27,7%	201	(20)	10,0%
Vencidos de 91 a 120 dias	179	(80)	44,7%	1.850	(1.604)	86,7%
Vencidos de 121 a 180 dias	402	(336)	83,6%	208	(80)	38,5%
Vencidos de 181 a 360 dias	1.735	(1.735)	100,0%	3.252	(2.833)	87,1%
Vencidos há mais de 361 dias	3.391	(3.391)	100,0%	-	-	0,0%
	270.253	(9.026)		229.084	(6.228)	

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2020	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2019	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	288.038	(3.747)	1,3%	244.750	(1.619)	0,7%
Vencidos até 30 dias	3.940	(415)	10,5%	5.305	(15)	0,3%
Vencidos de 31 a 60 dias	957	(218)	22,8%	1.860	(71)	3,8%
Vencidos de 61 a 90 dias	425	(115)	27,1%	341	(11)	3,2%
Vencidos de 91 a 120 dias	266	(139)	52,3%	242	(176)	72,7%
Vencidos de 121 a 180 dias	529	(434)	82,0%	1.900	(1.520)	80,0%
Vencidos de 181 a 360 dias	1.854	(1.851)	99,8%	3.646	(2.859)	78,4%
Vencidos há mais de 361 dias	3.391	(3.391)	100,0%	-	-	0,0%
	299.400	(10.310)		258.044	(6.271)	

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 23.

A provisão para estimativa de crédito de liquidação duvidosa estimada pela Companhia é calculada por meio de uma política de escalonamento de realização da carteira, levando em consideração a análise de crédito, o histórico da recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento e as informações do mercado. Também é feita uma análise mensal sobre os saldos a vencer com base na carteira de clientes, além da análise carteira de clientes a vencer pela experiência de perda e alguns clientes pontuais. Essa metodologia tem sustentado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos das normas IFRS 9/CPC 48.

Em agosto de 2020, após a aprovação do plano de recuperação judicial de um cliente específico, o valor de R\$ 3.391, referente ao saldo de contas a receber e provisão para devedores duvidosos, foi reclassificado para o grupo de "Outros" do ativo não circulante, permanecendo o saldo provisionado a longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o total de títulos para receber dados em garantia era de R\$ 105.108 (R\$ 76.502 em 31 de dezembro de 2019). Para garantir as operações de terceiros com os franqueados, soma em garantia o valor de R\$ 70 mil reais.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Produtos acabados	121.468	195.829	153.446	211.047
Produtos em processo	10.322	9.110	10.626	9.110
Matérias-primas e materiais de consumo	45.916	33.243	45.930	33.268
Importações em andamento	4.052	5.076	4.051	5.076
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(8.861)	(15.088)	(9.491)	(15.088)
	172.897	228.170	204.562	243.413

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

10. Tributos a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante				
PIS/COFINS (a)	56.098	22.073	56.097	22.503
ICMS (b)	13.740	24.165	14.203	24.616
IPÍ	3.065	2.504	3.072	2.508
IRPJ/CSLL	3.274	427	3.852	1.006
Reintegra	410	184	410	184
Outros	27	1.175	188	1.355
	76.616	50.528	77.822	52.172
Não circulante				
PIS/COFINS (a)	7.602	52.780	7.602	52.780
ICMS (b)	5.504	3.884	5.674	4.122
	13.106	56.664	13.276	56.902

a) PIS e COFINS

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (2003-2009) e (2009-2014):

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia impetrou mandado de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS destacado. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da Fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STJ e STF).

Em 15 de março de 2017, em decisão favorável proferida pelo STF em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200, a Companhia procedeu com a reversão do montante provisionado naquela época.

Em 02 de julho de 2018, conforme certidão lavrada pela Secretaria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o referido processo transitou em julgado.

Em 14 de agosto de 2018, a Companhia ingressou na Receita Federal com o pedido de habilitação de crédito decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, a fim de que possa utilizar os créditos entre novembro de 2009 e outubro de 2014, conforme determinado na decisão judicial.

Em 13 de dezembro de 2018, foi proferida decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado, no valor de R\$ 59.381, registrando este valor no mesmo período. A Companhia vem realizando a compensação desses créditos com tributos federais. Com a homologação na Receita Federal este ativo foi reclassificado do ativo tributário para tributos a recuperar.

Além do processo reconhecido acima, a Companhia teve outro processo com o mesmo teor, transitado em julgado no segundo trimestre de 2018. Com isso a companhia reconheceu o Expurgo do ICMS do PIS e COFINS referente ao período de 2003 a 2009, no valor de R\$ 45.072. Como houve habilitação pela Receita Federal no 3º trimestre de 2019, o ativo passou para a rubrica tributos a recuperar, no não circulante.

Com a expectativa de utilização do saldo total do crédito ao longo do ano de 2021, o crédito foi integralmente reclassificado para o circulante em 31 de dezembro de 2020.

O saldo da rubrica do não circulante é referente a aquisição de ativo imobilizado.

b) ICMS

No circulante estão registrados os valores de ICMS-ST incidentes sobre as operações de transferência de produtos entre os estabelecimentos da Companhia, no montante de R\$ 9.569. Esse valor é objeto de processo junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, visando sua total recuperação. O saldo de R\$ 4.171 é decorrente das demais operações e será integralmente compensado nas apurações normais da companhia.

No não circulante estão registrados os valores decorrentes de aquisição do Ativo Imobilizado

11. Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos para a liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se, em meados de 2009, definindo o marco extintivo desse incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a "Refinadora".

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e a "Refinadora" firmaram instrumento confirmando tais créditos como garantia, assim como que eles estariam aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 30 de setembro de 2020, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 101.809 (R\$ 100.935 em 31 de dezembro de 2019) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já foram convertidos em precatórios e a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento à parcela 04. As parcelas 05, 06, 07, 08 e 09, já estão depositadas para a "Refinadora".

Este precatório foi dado em penhora em processos de execuções fiscais movidos contra a Companhia, cuja origem foram as glosas das referidas compensação levadas a efeito.

Dada a impossibilidade de levantamento parcial dos valores depositados relativos a esse precatório, foi determinada pelo Juízo da 7ª vara Federal do Distrito Federal, em julho de 2019, a transferência de numerários, de modo que a aludida penhora realizada por meio do precatório fosse substituída por pecúnia.

No dia 8 de setembro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça julgou procedente o pedido da PBG S.A. em recurso especial e terminativo cuja decisão implica na extinção dos processos de execuções fiscais, ora garantidos em pecúnia, de precatório cedido em dação em pagamento por parte da Refinadora Catarinense S.A. Assim, a extinção das execuções fiscais possibilita o equacionamento da dívida, pois permitirá (i) o levantamento dos valores penhorados (R\$ 89.517); (ii) a aplicação de deságio estabelecido no contrato de dação em pagamento (R\$ 8.307); e (iii) o pagamento em dinheiro pela Refinadora Catarinense S.A. (R\$ 4.166), dando quitação da dívida (R\$ 101.990).

Em setembro de 2020, a Companhia e a Refinadora Catarinense S.A. formalizaram o Termo de Quitação referente ao contrato de dação em pagamento firmado em 2009, não havendo obrigações residuais a serem cumpridas pela Refinadora Catarinense S.A.

O acórdão exarado pelo Superior Tribunal de Justiça referente ao julgamento que ensejou a extinção das execuções fiscais, o que, por consequência, possibilita o levantamento dos valores que garantiam as aludidas execuções transitou em julgado na data de 8 de setembro de 2020.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

12. Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e previdenciária (vide notas explicativas nº 28 e 29) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Cível (a)	144.179	124.875	144.212	124.859
Trabalhista	3.250	4.159	3.213	4.159
Tributária (b)	8.867	23.443	8.899	23.474
	156.296	152.477	156.324	152.492

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor de gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

b) No 4T19, a Companhia fez a compensação de PIS e COFINS incidentes sobre o Crédito Prêmio IPI – Polo Ativo, que embora contingenciados foram quitados com o crédito de expurgo de ICMS nas bases de Pis e Cofins. O registro da transação ocorreu no grupo de depósitos judiciais. A variação do valor do 4T19 para o 4T20 refere-se ao cancelamento desta compensação.

13. Depósitos em garantia

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, em setembro de 2020 a PBG S.A. assinou um “Termo de Entendimento e Quitação de Obrigações” com a Refinadora Catarinense S.A., referente a quitação da dívida da Refinadora com a PBG, no montante de R\$ 101.990. No aludido Termo, ajustaram as partes que a Refinadora dará em pagamento os numerários transferidos, no montante de R\$ 89.517, para os processos de execução fiscal ajuizados em face da PBG S.A. Com o pagamento antecipado da obrigação, a Refinadora terá o direito contratual de reconhecer um deságio de 20% das prestações a vencer, totalizando R\$ 8.307 ajustaram ainda, que a Refinadora pagou à Companhia o valor de R\$ 4.166 em 31 de outubro de 2020, totalizando, portanto, o valor da sua obrigação com a PBG S.A., no valor de R\$ 101.990.

A Companhia registrou o valor de R\$ 89.517 em uma conta de depósitos em garantia, classificada no ativo não circulante, pois apesar de a Administração ter a expectativa de recebimento deste valor dentro dos próximos meses, ainda não há data definida para a sua realização. Em outubro de 2020, houve uma baixa de um depósito no valor de R\$ 2.115 referente ao Cartão Expertise, resultando no valor de R\$ 87.402 em dezembro de 2020.

14. Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S.A. - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago por meio das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/1962.

Em 2005, os pedidos desta ação foram julgados procedentes e, em fevereiro de 2006, a Companhia promoveu a ação de execução, na qual reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após, o cálculo foi submetido a revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobrás foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014, a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, mantendo o saldo contábil atualizado no montante de R\$ 48.621.

Em 2016, após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, a Companhia contratou um perito contábil para quantificar o crédito a ser executado, ajustando (reduzindo) o valor em razão de ulterior decisão do STJ.

Em 2017, a Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821.

A Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) interpôs Agravo de Instrumento no Cumprimento de Sentença e obteve decisão liminar favorável para cassar a decisão que determinou o pagamento em favor da Companhia, assim como a retomada do procedimento de liquidação de sentença. A Liquidação de Sentença transitou em julgado em julho de 2018, sendo favorável à Companhia. A Companhia, em fevereiro de 2019, requereu o prosseguimento do processo com a homologação dos cálculos do crédito, que apontou o montante de R\$ 12.821.

A Companhia informa que a expectativa de realização do ativo judicial deverá ocorrer até dezembro deste ano.

15. Imposto de renda e contribuição social**a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher**

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Imposto de renda	2.662	314	3.118	779	-	-	2.203	1.527
Contribuição social	613	113	734	227	-	-	794	556
	3.274	427	3.852	1.006	-	-	2.997	2.083

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para Controladora e Consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Prejuízos fiscais	35.276	38.562	35.276	38.562
Diferenças temporárias ativas	57.223	35.456	62.005	39.809
Variações cambiais pelo regime de caixa	20.317	801	20.317	801
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.500	2.536	1.500	2.536
Provisões cíveis, trabalhistas, previd. e tributárias	15.353	14.207	15.731	14.207
Provisão contingência Pis/Cofins - Polo Ativo	-	4.913	-	4.913
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	3.661	-	3.661	-
Prejuízos fiscais em controladas	-	-	4.354	4.353
Outras diferenças temporárias ativas	16.391	12.998	16.442	12.998
Diferenças temporárias passivas	(54.691)	(52.179)	(59.569)	(52.180)
Portobello previdência	(3.028)	(2.155)	(3.028)	(2.155)
Realização da reserva de reavaliação	(16.651)	(17.261)	(16.651)	(17.261)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(4.359)	(4.359)	(4.359)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - Fase I	(2.645)	(2.647)	(2.645)	(2.647)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - Fase II	(7.621)	(7.621)	(7.621)	(7.621)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	-	(2.607)	(4.878)	(2.607)
Ajuste a valor presente	-	(163)	-	(163)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(20.387)	(15.367)	(20.387)	(15.367)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	37.807	21.839	37.713	26.191
Ativo não circulante	37.807	21.839	37.713	26.191

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020 das contas de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2019	21.839	26.191
Prejuízos fiscais	(3.286)	(3.286)
Diferenças temporárias ativas	21.767	22.197
Diferenças temporárias passivas	(3.123)	(8.000)
Reserva de reavaliação	610	610
31 de dezembro de 2020	37.807	37.713

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora	Consolidado
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	(3.286)	(3.286)
Variações cambiais pelo regime de caixa	19.516	19.516
Provisão para ajuste a valor de mercado	(873)	(873)
Provisão para contingências	3.732	3.732
Provisão contingência Pis/Cofins - Polo Ativo	(4.913)	(4.913)
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	3.661	3.661
Outras diferenças temporárias ativas	644	1.073
	<u>18.481</u>	<u>18.910</u>
Portobello previdência	(873)	(873)
Realização da reserva de reavaliação	610	610
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	2.607	(2.271)
Ajuste a valor presente	163	163
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(5.019)	(5.019)
	<u>(2.512)</u>	<u>(7.390)</u>
	<u>15.969</u>	<u>11.520</u>

c) Imposto de renda e contribuição social (resultado)

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	30 de setembro de 2019
Resultado antes do imposto	66.499	(11.363)	85.565	(41)
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(22.610)	3.863	(29.092)	14
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	15.911	5.181	-	-
Despesas não dedutíveis	6.448	3.467	6.448	3.467
Depreciação de ativos reavaliados	(661)	(610)	(661)	(610)
Outros	(5.382)	(11.902)	1.343	(1.645)
Despesa com imposto de renda e contribuição social (reconhecida no resultado - corrente e diferido)	61.701	12.512	42.677	1.226
Aliquota efetiva	-92,8%	110,1%	-49,9%	2990,2%

d) Prejuízos Fiscais na Controladora e Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Prejuízo fiscal	103.754	113.418	127.079	132.625
IR/CS Diferidos	35.276	38.562	43.207	45.093
Impairment	-	-	(3.578)	(2.177)
IR/CS Diferidos constituídos	35.276	38.562	39.629	42.916

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Baseado em estudos e projeções de resultados para os períodos seguintes, foi realizada uma análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2020, na Companhia Brasileira de Cerâmica, onde estimamos o seguinte cronograma para recuperação destes ativos:

Período	Controladora	Consolidado
2021	10.870	10.903
2022	14.531	17.776
2023	9.875	10.950
	<u>35.276</u>	<u>39.629</u>

16. Ativos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Crédito-prêmio do IPI (a)				
Processo nº 1987.0000.645-9	22.414	22.414	22.414	22.414
Processo nº 1984.00.020114-0	7.784	7.784	7.784	7.784
Correção cédulas de crédito rural (b)	-	7.667	14.346	7.667
Crédito-prêmio do IPI - "Polo Ativo" - Parcela Complementar (c)	75.107	-	75.107	-
	<u>105.305</u>	<u>37.865</u>	<u>119.651</u>	<u>37.865</u>

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados "crédito-prêmio do IPI", em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, sendo que o valor reconhecido em novembro de 2009, mantém em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 22.414 (R\$ 22.414 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia diligenciou para que a expedição da requisição de pagamento ocorra até Junho de 2022, de modo que a realização financeira aconteça até dezembro de 2023.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados.

A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu, em 2015, o montante apurado pelo perito judicial, no valor de R\$ 4.983, e, como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e mantém em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$ 7.784 (R\$ 7.784 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia diligenciará para que a expedição da requisição de pagamento ocorra até junho de 2022, de modo que a realização financeira aconteça até dezembro de 2023.

b) Correção cédulas de crédito rural

Em março de 2017, a controlada PBTECH, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs ação individual

de Execução de Sentença, com objetivo de cobrança do valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O Banco do Brasil, em sede de reclamação ajuizada no Superior Tribunal de Justiça, obteve decisão para determinar a suspensão do processo.

Em março de 2020, por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o processo, por envolver unicamente a Companhia e Banco do Brasil S.A. e revendo decisão anterior do STJ, determinou que o processo, por competência em razão da matéria, deverá tramitar na Justiça Estadual, numa das Varas Cíveis da Cidade de Tijucas/SC. O valor do crédito executado é de R\$ 14.346, o qual se encontra em conformidade com a decisão proferida no RESP Nº 1.319.232 – DF (Sociedade Rural Brasileira Rural x Banco Central do Brasil – BACEN e Outros). A Companhia diligenciará para que a realização financeira aconteça até dezembro de 2021.

c) Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

O processo iniciou-se em 1984, já tramitou pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença. A Companhia já está promovendo a execução da sentença.

O processo judicial que trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulado ‘crédito-prêmio do IPI’ (1998.34.00.029022-4), classificado em março de 2018 como um ativo contingente, passou a ser reconhecido no segundo trimestre de 2018 como ativo judicial.

A entrada de benefícios econômicos passou a ser considerada praticamente certa devido a manifestação da União - Fazenda Nacional no referido processo que, em resumo, reconheceu como incontroverso o valor de R\$ 187.091 (base agosto de 2015) ao tempo em que divergiu do valor de R\$ 66.056.

Não cabem recursos adicionais sobre a parcela complementar, dado que se consumou a confissão do devedor – União Federal.

Concomitante ao reconhecimento do ativo, foi contabilizado no passivo uma obrigação de R\$ 62.008 com a Refinadora Catarinense S.A., inicialmente a parte autora da ação, posto que, em 2002, houve a substituição da titularidade do processo (Polo Ativo) e a eleição pela Companhia de utilização destes créditos em compensação tributária. A mencionada operação foi prevista em contrato, formalizada entre as partes, originando o montante devido à mencionada parte relacionada. Dessa forma, o valor do ativo líquido da Companhia é de R\$ 158.252.

Em 16 de abril de 2019 foi expedida a Requisição de Pagamento (Precatório) do valor complementar, quantificado em R\$ 187.091, data base de agosto de 2015.

Em 30 de setembro de 2019, o valor do ativo devido em favor da Companhia estava quantificado em R\$ 220.260, valor este homologado pelo Juízo da 6ª Vara Federal em sentença no processo de execução.

A Companhia, nos termos da Reunião do Conselho de Administração nº 11, realizada em 30 de setembro de 2019, aprovou a negociação deste ativo tributário, constituído através da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, tendo como valor original da importância de R\$ 180.708 (base agosto de 2015). Este valor, após submetido aos índices legais de correção monetária pelos órgãos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, passou a ser de R\$ 200.549 (base junho de 2019).

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Desta forma, a Companhia realizou a venda do ativo tributário ao preço final de R\$ 170.000 mediante liquidação realizada em 30 de setembro de 2019, cujas condições estão inseridas na Escritura Pública de Cessão de Créditos, lavrada junto ao 9º Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo.

Na venda do precatório houve deságio financeiro e, desta forma, a obrigação para a Refinadora Catarinense S.A. passou a ser de R\$ 33.790, cujo cronograma de pagamento previa três parcelas iguais. A primeira parcela foi paga no mês de dezembro de 2019, a segunda foi paga parcialmente (R\$ 7.000) no mês de abril de 2020, com o restante (R\$ 4.400) postergado para julho de 2020 e a terceira e última (R\$ 11.400) em outubro de 2020, totalizando R\$ 22.800, valor este que sofreu atualização e resultou em um desembolso total de R\$ 23.014 (R\$ 7.000, R\$ 4.480 e R\$ 11.534, respectivamente).

A Companhia, considerando que o crédito executado tenha sido objeto de concordância pela Contadoria Judicial, tendo sido homologados os valores apresentados pela Companhia e, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial anexadas ao processo em março de 2020, em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação técnica acerca das impugnações apresentadas pela União Federal, realizou o reconhecimento da parcela tida como complementar no valor de R\$ 66.056 (base agosto de 2015).

No primeiro trimestre de 2020, foi reconhecido um ativo de R\$ 75.107. Concomitantemente, no passivo não circulante, na rubrica de “Dívidas com pessoas ligadas” foi constituído o valor de R\$ 56.330 referente ao montante a ser pago a Refinadora Catarinense. Adicionalmente, foram registrados no passivo não circulante R\$ 1.737 referentes a PIS e COFINS, R\$ 3.380 referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que coube à Companhia foi R\$ 4.166, sendo este quitado em outubro de 2020.

Em relação aos tributos incidentes sobre o precatório, a Companhia impetrou Mandado de Segurança preventivo objetivando que fosse reconhecida judicialmente a não incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre as receitas referentes a este precatório.

No curso da discussão judicial, sobreveio decisão do Supremo Tribunal Federal (junho de 2020) no RE 631.537, com repercussão geral n. 361, cuja ementa da decisão foi assim transcrita: “Precatório – Crédito – Cessão – Natureza. A cessão do precatório não implica alteração da natureza”.

Desta forma, ficou assentado que, mesmo após a cessão do precatório, não há alteração da natureza da tributação do crédito. Portanto, se o crédito não era tributado na origem, de igual modo não poderia ser tributado posteriormente, mesmo na hipótese de cessão.

Este é o entendimento da área jurídica da Companhia, secundado por parecer externo, da lavra do escritório Pinheiro Neto, que em suas conclusões consigna que “Após a decisão do STF de junho de 2020 sobre a natureza do precatório após a sua cessão, entendemos que as chances de êxito da Companhia na discussão sobre a tributação dos valores de principal provenientes do precatório são qualificadas como prováveis e a perda qualificada como remota.”

Diante disso, a Companhia efetuou a reversão da provisão de pagamento do tributo reportado, no valor de R\$ 70.187.

17. Ativo contingente

a) Crédito-Prêmio IPI – Diferença de indexadores do Ativo Tributário “Polo Ativo”

A Companhia, diante da divergência de critérios de atualização da Requisição de Pagamento (Precatório) distribuído sob o nº 0154107-24.2019.4.01.9198, expedido em 16 de abril de 2019, adotados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que quantificou o ativo tributário em R\$ 200.549 (base junho de 2019), promoverá procedimento judicial com vistas à adequação dos critérios utilizados

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

para atualização do referido Precatório. Salienta-se que esse valor não está registrado nas Demonstrações Financeiras.

A Administração mantém o entendimento de que o Ativo Tributário, descrito no item 16 (c) acima, representa a importância de R\$ 220.260 (base junho de 2018) e, oportunamente, irá pleitear em juízo o reconhecimento da diferença no valor de R\$ 19.711.

18. Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de seis empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para passivo a descoberto em controladas”.

	País de constituição	Participação direta	Participação Indireta	Ativo	Passivo	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2019							
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	42.595	97.112	18.122	(18.860)
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%	13.087	13.087	-	-
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%	62.373	52.817	103.559	6.220
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	45.667	45.187	69.311	31.832
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%	4.632	2.213	10.402	1.587
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	2,00%	12.957	4.552	5.059	(5.539)
Em 31 de dezembro de 2020							
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	96.728	72.562	79.065	(8.559)
Portobello America Manufacturing (a)	Estados Unidos	0,00%	100,00%	17.066	15.417	-	(12)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%	97.507	75.977	139.785	18.198
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	60.969	19.298	74.557	41.192
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%	4.551	2.129	5.728	3
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	2,00%	11.183	3.338	7.813	(4.036)

(a) A Companhia tem participação indireta na Portobello America Manufacturing, a mesma é consolidada na Portobello America Inc., por esse motivo a movimentação da Portobello America Manufacturing não é apresentada abaixo.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja movimentação é a seguinte:

	Patrimônio líquido	Resultado do período	Percentual de participação	31 de dezembro de 2019	Variações cambiais	Integralização de Capital (a)	Lucro/Prejuízo nos Estoques	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos propostos	31 de dezembro de 2020
Investimentos										
Portobello América Inc.(a)	(61.357)	(20.770)	100,00%	(61.357)	(26.481)	120.550	(2.794)	(8.559)	-	21.359
PBTech Ltda.	9.555	6.220	99,94%	9.555	-	-	-	18.198	(6.221)	21.532
Portobello Shop S.A.	480	31.831	99,90%	480	-	-	-	41.192	(41.192)	480
Mineração Portobello Ltda.	2.420	1.587	99,76%	2.420	-	-	-	3	-	2.423
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	8.484	(3.628)	98,00%	8.484	-	3.551	-	(4.036)	-	7.999
Portobello S/A	10	-	100,00%	10	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas				(40.408)	(26.481)	124.101	(2.794)	46.798	(47.413)	53.803
Participação em controladas				20.949						53.803
Provisão para passivo a descoberto em controladas				(61.357)						-

a) Em agosto de 2020, por meio da aprovação do Conselho de Administração e contrato entre as partes, foi aprovado o aumento de capital da Controlada Portobello America Inc., no valor de R\$ 112.030, por meio de um contas a receber entre a Controladora e a Controlada, no período de 2008 a 2011. Cabe ressaltar que, com a integralização de capital, a Companhia não apresenta mais a provisão para perda em investimentos, sendo seus valores contabilizados na conta de investimentos no ativo não circulante.

19. Imobilizado

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Controladora				Consolidado			
		31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	12.603	-	12.603	12.603	13.485	-	13.485	13.485
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	211.998	(63.625)	148.373	155.092	243.129	(79.203)	163.926	167.027
Máquinas e equipamentos	15%	669.527	(385.006)	284.521	285.951	673.634	(385.937)	287.697	289.115
Móveis e utensílios	10%	9.750	(8.961)	789	883	12.027	(9.565)	2.462	2.326
Computadores	20%	30.394	(23.756)	6.638	8.009	31.298	(24.337)	6.961	8.471
Outras imobilizações	20%	4.622	(1.424)	3.198	1.870	5.411	(1.493)	3.918	1.870
Imobilizações em andamento	-	66.695	-	66.695	5.672	74.427	-	74.427	5.672
		1.005.589	(482.772)	522.817	470.080	1.053.411	(500.535)	552.876	487.966

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01 de janeiro de 2009, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia. Desde então, a Companhia efetua anualmente uma revisão da vida útil econômica dos bens, por meio da qual concluiu que não houve impacto relevante na vida útil do ativo imobilizado em 2020.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora					
	31 de dezembro de 2019	Adições	Transfe rências	Depre ciação	Baixas	31 de dezembro de 2020
Terrenos	12.603	-	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	155.092	-	604	(7.323)	-	148.373
Máquinas e equipamentos	285.951	661	26.566	(28.248)	(409)	284.521
Móveis e utensílios	883	-	107	(201)	-	789
Computadores	8.009	-	1.475	(2.761)	(85)	6.638
Outras imobilizações	1.870	81	1.936	(689)	-	3.198
Imobilizações em andamento	5.672	91.711	(30.688)	-	-	66.695
	470.080	92.453	-	(39.222)	(494)	522.817

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2019	Adições	Transfe rências	Depre ciação	31 de dezembro de 2020
Terrenos	13.485	-	-	-	13.485
Edificações e benfeitorias	167.027	5.564	2.377	(11.042)	163.926
Máquinas e equipamentos	289.115	1.165	26.566	(28.740)	287.697
Móveis e utensílios	2.326	431	141	(436)	2.462
Computadores	8.471	145	1.503	(3.073)	6.961
Outras imobilizações	1.870	81	2.725	(758)	3.918
Imobilizações em andamento	5.672	102.067	(33.312)	-	74.427
	487.966	109.453	-	(44.049)	552.876

Em 2020, as adições de imobilizado e intangível no consolidado somaram R\$ 109.453, sendo 73% destinados à planta de Tijucas, 10% para as lojas próprias, 5% para a planta de Marechal Deodoro e o restante para novos negócios. Na planta de Tijucas, 75% são para preparação e atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores, como o projeto Lastras, e 25% para demais projetos comerciais e novos negócios. Na planta de Marechal Deodoro, a maior parte dos investimentos foram destinados à implantação de uma nova linha de produção de porcelanato esmaltado.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Custo dos produtos vendidos	33.479	32.011	34.289	32.704
Despesa comercial	3.981	3.412	7.943	7.808
Despesa administrativa	1.762	1.727	1.817	1.754
	39.222	37.150	44.049	42.266

20. Intangível**a) Composição**

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	-	150	-	150
Softwares	20%	37.159	(29.655)	7.504	20%	40.863	(30.683)	10.180
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	20%	4.073	(3.627)	446
Fundo de comércio (a)	7%	-	-	-	7%	12.320	(2.292)	10.028
Softwares em desenvolvimento	-	5.403	-	5.403	-	7.669	-	7.669
		43.712	(30.655)	13.057		65.075	(36.602)	28.473

(a) O Fundo de Comércio corresponde ao valor do ponto comercial de lojas adquiridas de terceiros.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Movimentação do intangível

	Controladora				
	31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Amortizações	31 de dezembro de 2020
Marcas e patentes	150	-	-	-	150
Softwares	8.240	-	2.265	(3.001)	7.504
Softwares em desenvolvimento	479	7.189	(2.265)	-	5.403
	8.869	7.189	-	(3.001)	13.057

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2019	Adições	Transferências	Amortizações	31 de dezembro de 2020
Marcas e patentes	150	-	-	-	150
Softwares	9.126	2.030	2.665	(3.641)	10.180
Direito exploração de jazidas	839	-	-	(393)	446
Fundo de comércio	10.851	-	-	(823)	10.028
Softwares em desenvolvimento	1.426	8.908	(2.665)	-	7.669
	22.392	10.938	-	(4.857)	28.473

Em 2020 as adições de intangível somaram R\$ 10.938, valor destinado principalmente ao projeto Transformação, que visa otimizar e implementar melhorias digitais na área comercial.

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Custo dos produtos vendidos	479	1.170	871	1.569
Despesa comercial	1.489	1.202	2.878	2.157
Despesa administrativa	1.033	1.147	1.108	1.214
	3.001	3.519	4.857	4.940

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2021	2022	2023	2024	2025 a 2038	Total
Softwares	3.022	2.658	2.388	1.495	617	10.180
Direito de exploração de jazidas	391	55	-	-	-	446
Fundo de Comércio	822	822	822	822	6.740	10.028
	4.235	3.535	3.210	2.317	7.357	20.654

Os itens marcas e patentes e *softwares* em desenvolvimento não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nessas demonstrações financeiras.

21. Ativo de arrendamento e obrigações de arrendamento

Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com IFRS 16/CPC 06 (R2), são registrados como Ativos de Arrendamento, com a contrapartida no passivo de curto e longo prazos, na rubrica em Obrigação de Arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 43 contratos de locação de arrendamento para as suas unidades comerciais. Este ativo é composto pelos aluguéis das lojas e dos centros de distribuição.

Os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

a) Composição dos ativos de arrendamento

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2019	12.916	58.843
Remensuração	-	(11.763)
(+) Adições	15.631	42.395
(-) Rescisões de contratos	(3.898)	(4.969)
(-) Depreciação acumulada	(5.672)	(13.115)
31 de dezembro de 2020	18.977	71.391

b) Composição das obrigações de arrendamento

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2019 (a)	13.750	39.531
Remensuração	-	6.937
(+) Adições	15.455	43.600
(-) Rescisões de contratos	(4.494)	(5.612)
Pagamentos	(5.339)	(14.196)
Juros apropriados no período	1.101	2.923
31 de dezembro de 2020	20.473	73.182

(a) A partir de 2020, a Companhia apresentará os saldos de obrigações de arrendamentos de carros no grupo de arrendamento, sendo ajustado o saldo inicial de 2019 devido a comparabilidade.

c) Efeitos de inflação

Ativo de direito de uso			Passivo de arrendamento		
Fluxo Real	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020	Fluxo Real	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Direito de uso	18.977	71.391	Direito de uso	20.473	73.182
Depreciação	(5.672)	(13.115)	Juros Embutidos	1.101	2.923
Fluxo Inflacionado	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020	Fluxo Inflacionado	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Direito de uso	19.835	74.618	Direito de uso	21.399	76.490
Depreciação	(5.928)	(13.708)	Depreciação	1.151	3.055

22. Fornecedores e cessão de crédito

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Mercado interno				
Risco Sacado (a)	66.418	58.710	66.418	58.710
Fornecedores de operação	183.232	128.374	194.929	140.558
Mercado externo	-	6.127	-	6.127
Circulante	249.650	193.211	261.347	205.395
Mercado interno (i)	144.021	124.754	144.021	124.754
Não circulante	144.021	124.754	144.021	124.754
Total de fornecedores de operação	393.671	317.965	405.368	330.149
Contas a pagar de investimentos (b) (ii)				
Mercado interno	11.792	5.181	11.792	6.799
Mercado externo	45.211	14.946	45.211	14.946
Total de fornecedores de investimento	57.003	20.127	57.003	21.745
	450.674	338.092	462.371	351.894

- (i) Montante para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 12
(ii) Em 2020, como o saldo de contas a pagar de investimentos se tornou representativo, foi adequado à NE.

a) Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras no montante de R\$ 66.418 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 58.710 em 31 de dezembro de 2019), com o objetivo de dispor, aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas, visando a manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

Nas referidas transações, não houve modificação das condições de pagamentos nem de preços negociados com os fornecedores.

b) Fornecedores de imobilizado e intangível

A Companhia apresenta, no passivo circulante, o montante R\$ 31.303 na Controladora e no Consolidado (R\$ 20.127 na Controladora e R\$ 21.745 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019) referente aos fornecedores de imobilizado e intangível. Concomitantemente, apresenta saldo de R\$ 25.700 na Controladora e no Consolidado no passivo não circulante, com vencimento entre 2022 e 2025, que se referem às imobilizações para atualização dos parques fabris.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

23. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Venci- mentos	Encargos	Controladora		Consolidado		
				31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	
Circulante								
Capital de giro	R\$			-	-	-	1.343	
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,84% a.a. +IPCA	32.786	36.419	32.786	36.419	
NCE (b)	R\$	mar-24	4,22% a.a.	84.538	40.320	84.538	40.320	
NCE (b)	US\$	jun-21	3,20% a.a. +VC	19.316	10.969	19.316	10.969	
PRODEC (c)	R\$	nov-22	3,57% a.a. +AVP	5.813	8.710	5.813	8.710	
FINEP (d)	R\$	mai-21	7,56% a.a.	5.683	13.250	5.683	13.250	
DEG (e)	US\$	out-21	5,06% a.a. +VC	15.577	12.443	15.577	12.443	
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a.	420	420	420	420	
DEBÊNTURES 1ª Série (g)	R\$	jun-21	4,14% a.a.	49.514	99.050	49.514	99.050	
DEBÊNTURES 2ª Série (h)	R\$	jun-23	4,69% a.a.	(448)	-	(448)	-	
ACC (i)	US\$	jun-20	5,14% a.a. +VC	10.709	10.845	10.709	10.845	
Total do circulante			4,86%	a.a.	223.908	232.426	223.908	233.769
Total moeda nacional		R\$		178.306	198.169	178.306	199.512	
Total moeda estrangeira		US\$		45.602	34.257	45.602	34.257	
Não circulante								
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-25	3,84% a.a. +IPCA	99.901	71.689	99.901	71.689	
NCE (b)	R\$	mar-24	4,22% a.a.	115.927	192.389	115.927	192.389	
NCE (b)	US\$	mar-22	3,20% a.a. +VC	3.523	5.464	3.523	5.464	
PRODEC (c)	R\$	nov-22	3,57% a.a. + AVP	12.478	11.817	12.478	11.817	
FINEP (d)	R\$	nov-30	7,56% a.a.	122.282	30.489	122.282	30.489	
DEG (e)	US\$	out-21	5,06% a.a. +VC	-	12.092	-	12.092	
FINAME (f)	R\$	ago-23	3,00% a.a.	555	974	555	974	
DEBÊNTURES 1ª Série (g)	R\$	jun-21	4,14% a.a.	-	49.482	-	49.482	
DEBÊNTURES 2ª Série (h)	R\$	jun-23	4,69% a.a.	149.192	148.211	149.192	148.211	
Total do não circulante			4,86%	a.a.	503.858	522.607	503.858	522.607
Total moeda nacional		R\$		500.335	505.051	500.335	505.051	
Total moeda estrangeira		US\$		3.523	17.556	3.523	17.556	
Total Geral			4,86%	a.a.	727.766	755.033	727.766	756.376
Total moeda nacional		R\$		678.641	703.220	678.641	704.563	
Total moeda estrangeira		US\$		49.125	51.813	49.125	51.813	

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Detalhamento dos contratos

Nota	Instituição/ Modalidade	Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Amortização	Valor captado	Liberações (em R\$ mil) Valor Data	Garantias/ Observação
a)	Banco do Nordeste	jun/13	jun/25	mai-00	jan-00	Mensal	R\$ 105.646	R\$ 29.223 ago/14	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos. Repactuado em abr/20.
								R\$ 45.765 jan/15	
								R\$ 14.700 set/15	
								R\$ 4.713 mar/16	
								R\$ 2.418 dez/16	
								R\$ 8.827 fev/19	
								R\$ 105.646 Total	
		jul/19	jun/27	abr-00	jan-00	Mensal	R\$ 31.147	R\$ 7.246 jul/19	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos em 2º grau. Repactuado em abr/20.
								R\$ 4.681 fev/20	
								R\$ 4.261 set/20	
								R\$ 16.188 Total	
		set/19	ago/22	jan-00	jan-00	Mensal	R\$ 23.500	R\$ 23.500 set/19	Aval PBTEch e CBC. Repactuado em abr/20.
		jun/20	jul/23	fev-00	jan-00	Mensal	R\$ 35.000	R\$ 35.000 jun/20	Com covenants para o 4T. Repactuado em abr/20.
b)	Crédito de exportação (NCE)	nov/17	nov/21	fev-00	jan-00	Mensal	R\$ 50.000	R\$ 50.000 nov/17	Recebíveis da Portobello S.A. de 30% do saldo devedor contrato). Clausulas de covenants para o 4T. Repactuado em abr/20.
		jun/18	jun/21	fev-00	jan-00	Trimestral	R\$ 24.000	R\$ 24.000 jun/18	Clean
		jun/18	mai/21	fev-00	jan-00	Trimestral	R\$ 24.000	R\$ 24.000 jun/18	Recebíveis da Portobello S.A. de 25% do saldo devedor contrato)
		mar/19	abr/24	mar-00	jan-00	Anual	R\$ 54.000	R\$ 54.000 mar/19	Recebíveis da Portobello S.A. de 20% do saldo devedor contrato), ou aplicação financeira
		mar/19	mar/24	fev-00	jan-00	Trimestral	R\$ 50.000	R\$ 50.000 mar/19	Recebíveis da Portobello S.A. de 20% do saldo devedor contrato)
		mar/19	mar/24	fev-00	jan-00	Trimestral	R\$ 10.000	R\$ 10.000 mar/19	Recebíveis da Portobello S.A. de 20% do saldo devedor contrato), ou aplicação financeira
		jul/19	jul/23	fev-00	jan-00	Mensal	R\$ 20.000	R\$ 20.000 jul/19	Recebíveis da Portobello S.A. de 30% do saldo devedor contrato)
		jul/19	jul/23	fev-00	jan-00	Mensal	R\$ 20.000	R\$ 20.000 jul/19	Recebíveis da Portobello S.A. de 30% do saldo devedor contrato)
		set/19	set/22	fev-00	jan-00	Trimestral	R\$ 30.000	R\$ 30.000 set/19	Recebíveis da Portobello S.A. de 20% do saldo devedor contrato)
		jul/20	dez/21	jan-00	jan-00	Semestral	R\$ 3.500	R\$ 3.500 jul/20	Clean
		ago/20	ago/24	fev-00	Bullet	Bullet	R\$ 437	R\$ 437 ago/20	Regime especial obtido em jun/19. Saldo sujeito a Ajuste a Valor Presente (AVP). Atualização monetário de 4% a.a. e variação da UFIR. Taxa: média do capital de giro circulante (5,24% a.a). Valor diferido: 60% do imposto gerado no mês.
		set/20	set/24	fev-00	Bullet	Bullet	R\$ 1.318	R\$ 1.318 set/20	
c)	Programa Desenvol. Empresa Catarinense (PRODEC)	out/20	out/24	fev-00	Bullet	Bullet	R\$ 1.779	R\$ 1.779 out/20	
		nov/20	nov/24	fev-00	Bullet	Bullet	R\$ 1.194	R\$ 1.194 nov/20	
		dez/20	dez/24	fev-00	Bullet	Bullet	R\$ 1.519	R\$ 1.519 dez/20	
d)	FINEP	jul/14	mai/21	mar-00	jan-00	Mensal	R\$ 57.318	R\$ 12.627 jul/14	Fiança bancária.
								R\$ 12.627 jan/16	
								R\$ 32.064 jun/17	
								R\$ 57.318 Total	
		dez/19	set/29	abr-00	fev-00	Mensal	R\$ 66.771	R\$ 25.008 dez/19	
e)	DEG	mai/14	out/21	mar-00	jan-00	Semestral	US\$ 18.000	R\$ 33.000 mar/20	Máquinas e equipamento e notas promissórias.
								R\$ 58.008 Total	
								R\$ 64.274 nov/20	
f)	Finame	mai/13	mai/23	abr-00	jan-00	Mensal	R\$ 39	R\$ 39 mai/13	Máquinas e equipamentos.
		mai/13	abr/23	abr-00	jan-00	Mensal	R\$ 601	R\$ 601 mai/13	
		jul/13	jul/23	abr-00	jan-00	Mensal	R\$ 107	R\$ 107 jul/13	
		jul/13	ago/23	abr-00	jan-00	Mensal	R\$ 1.890	R\$ 1.890 jul/13	
		jan/14	jun/23	abr-00	jan-00	Mensal	R\$ 577	R\$ 577 jan/14	
g)	Debêntures (3a emissão/1a série)	jun/18	jun/21	fev-00	jan-00	Semestral	R\$ 150.000	R\$ 150.000 jun/18	Emissão aprovada em 15 de junho de 2018 pelo Conselho de Administração da PBG S.A. Recursos destinados ao resgate da 2a emissão. Garantia real e garantia adicional fidejussória. Possui covenants que foram atingidos.
h)	Debêntures (3a emissão/2a série)	jun/18	jun/23	fev-00	fev-00	Semestral	R\$ 150.000	R\$ 150.000 jun/18	
i)	ACC	jun/20	jun/21	jan-00	Bullet	Bullet	US\$ 2.000	R\$ 10.804 jun/20	Recebíveis da Portobello S.A. de 35% do saldo devedor contrato
		out/20	abr/21	jan-00	Bullet	Bullet	US\$ 1.663	R\$ 9.253 out/20	Aval PBShop

Em garantia dos demais empréstimos, foram concedidas aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora e da controlada (nota explicativa nº 8), conforme aval dos controladores e de controlada.

Conforme solicitado em *waiver* obtido junto ao banco DEG ao longo do ano de 2020, a Companhia reclassificou o valor de R\$ 5.640, equivalente a US\$ 1.000 para a aplicação financeira vinculada, classificada no ativo não circulante, conforme nota explicativa nº 5.3. Não houve quebra de covenants em 31 de dezembro de 2020.

Os empréstimos têm o seguinte cronograma de pagamentos:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2020	-	232.426	-	233.769
2021	223.908	177.531	223.908	177.531
2022 a 2030	503.858	345.076	503.858	345.076
	727.766	755.033	727.766	756.376

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Reais	678.641	703.220	678.641	704.563
Dólares dos Estados Unidos	49.125	51.813	49.125	51.813
	727.766	755.033	727.766	756.376

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pro-rata*.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos empréstimos e debêntures:

	Total da dívida	
	Controladora	Consolidado
Total da dívida em 31 de Dezembro de 2019	755.033	756.376
Movimentação que afetaram o fluxo de caixa		
Obtenção de empréstimos	171.021	171.021
Pagamento de empréstimos	(217.769)	(217.769)
Pagamento de juros	(37.909)	(37.909)
Movimentação que não afetaram o fluxo de caixa		
Variações cambiais	14.294	14.294
Juros apropriados	40.041	38.698
Marcação ao mercado	1.190	1.190
Apropriação de custos de debêntures	1.865	1.865
Total da dívida em 31 de Dezembro de 2020	727.766	727.766

Debêntures

Em AGE realizada no dia 15 de junho de 2018, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Os *covenants* para o exercício de 2020, estão sendo cumpridos.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	50.033	150.088
Debêntures 2ª série	150.090	150.097
Saldo Bruto	200.123	300.185
Custos de captação	(1.866)	(3.443)
Saldo líquido	198.257	296.742
Circulante	49.066	99.050
Não circulante	149.192	197.692

Características da Emissão	
Emissão	3ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Rating de Emissão	Não
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	300.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	476/09	
Código do Ativo	PTBL13	PTBL23
Data de Emissão	27/06/2018	
Data de Vencimento	27/06/2021	27/06/2023
Volume R\$	150.000.000,00	150.000.000,00
Qtde de Debêntures	150.000	150.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00	1.000,00
Forma	Escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 2,20% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 2,75% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 27/12/2018	
Amortização	Valor Nominal Inicial	Valor Nominal Inicial
Atos Societários:	AGE em 15/06/2018	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,00 vezes por dois períodos	

24. Parcelamento de obrigações tributárias

A Companhia e suas controladas possuem parcelamentos federais, cujas adesões ocorreram em novembro de 2009 pela edição da Lei nº 11.941/09, sendo que restam 46 (quarenta e seis) parcelas a serem quitadas. Os saldos atuais destes parcelamentos somam R\$ 43.706 na Controladora e R\$ 44.007 no Consolidado (R\$ 54.973 e R\$ 55.580, respectivamente, em dezembro de 2019).

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Vencimento 1º janeiro	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2020	-	11.267	-	11.345
2021	11.523	11.523	11.601	11.601
2022	12.108	12.108	12.186	12.186
2023	12.723	12.723	12.801	12.801
2024	7.352	7.352	7.419	7.647
	43.706	54.973	44.007	55.580
Circulante	9.290	11.455	9.354	11.765
Não circulante	34.416	43.518	34.653	43.815

25. Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos, taxas e contribuições registrados no passivo circulante estavam classificados conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
IRRF	3.317	2.953	4.046	3.521
ICMS	14.453	6.014	14.746	6.253
PIS/COFINS	1.513	-	2.308	532
Outros	209	136	343	274
	19.492	9.103	21.443	10.580

26. Outras contas a pagar – Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em outras contas a pagar no Consolidado o valor de R\$ 20.939 (R\$ 24.401 em 31 de dezembro de 2019) no passivo circulante. As principais contas que compõem esse saldo são provisões e comissões a pagar, provisão para pagamento de fornecedores consignados, plano de previdência, provisão para despesas com fretes e transportes e ganho ou perda nas operações de derivativos.

27. Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI) junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos, bem como a Companhia pôde utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais ocorridos até 2008 para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/2010) em junho de 2010, ficou autorizada a utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 no valor de R\$ 3.252, considerando o parcelamento liquidado.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010, alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como apresentou que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia, diante do despacho de indeferimento, impetrou Mandado de Segurança com vistas a obter a homologação judicial do parcelamento. Após transcorrido o Mandado de Segurança, a Companhia logrou êxito para que fosse homologado integralmente o parcelamento regido pela MP 470. Em 18 de janeiro de 2021, foi lavrada certidão de que em 21 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado das decisões que deram provimento à homologação do parcelamento pretendido pela Companhia.

28. Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciárias e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Cíveis	25.072	17.126	25.072	17.126
Trabalhistas	9.013	11.891	9.013	11.891
Previdenciários	4.511	6.615	4.511	6.615
Tributárias	24.946	84.568	24.977	84.600
	63.542	120.200	63.573	120.232

A movimentação do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2019	17.126	11.891	6.615	84.568	120.200
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	11.087	(1.126)	-	(58.319)	(48.358)
Provisões adicionais	18.335	3.794	-	3.031	14.410
Reversões por não utilização	(10.449)	(4.560)	-	17.134	12.886
Atualização monetária (Reversão)	2.871	(360)	-	(76.307)	(75.655)
Reversões por realização	(2.811)	(1.752)	(2.104)	(3.480)	(8.300)
Em 31 de dezembro de 2020	25.072	9.013	4.511	24.946	63.542
	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2019	17.126	11.891	6.615	84.600	120.232
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	11.087	(1.126)	-	(58.319)	(48.358)
Provisões adicionais	18.335	3.793	-	3.031	25.159
Reversões por não utilização	(10.449)	(4.560)	-	17.134	2.125
Atualização monetária (Reversão)	2.871	(360)	-	(76.308)	(73.797)
Reversões por realização	(2.811)	(1.752)	(2.104)	(3.480)	(10.147)
Em 31 de dezembro de 2020	25.072	9.013	4.511	24.977	63.573

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 458 ações cíveis (509 ações em 31 de dezembro de 2019), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 12).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 249 reclamações trabalhistas (279 reclamações em 31 de dezembro de 2019), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

Previdenciários

Baseada na baixa expectativa de êxito nas ações administrativas e judiciais, que versem sobre cartões de premiação corporativos, a Companhia reconheceu, no primeiro trimestre de 2018, a provisão desses débitos no valor total de R\$ 4.512, os quais ainda dependem de decisão judicial, em fase de Execução Fiscal, ou em alguns casos, de decisão administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Supremo Tribunal Federal, em sessão de 18 de dezembro de 2020, declarou a inconstitucionalidade da aplicação da Taxa Referencial (TR) para a correção monetária de débitos trabalhistas e de depósitos recursais no âmbito da Justiça do Trabalho.

Assim, com base na decisão proferida nas ADI 5.867/DF, ADI 6.021/DF, ADC 58/DF, ADC 59/DF, o STF modulou os efeitos da decisão para determinar que todos os processos em curso, ou seja, não transitados em julgado, na fase de conhecimento ou recursal, independentemente de haver sentença, deverão ser aplicados, de forma retroativa, a taxa Selic, juros e correção monetária.

A Companhia efetuava a correção de seus processos trabalhistas pela TR mais 1% juros ao mês, portanto, de acordo com os efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, a Companhia apurou os efeitos e reverteu a provisão em R\$ 1.495.

Tributárias

Tributos sobre o ativo judicial Polo Ativo

No segundo trimestre de 2018, a Companhia reconheceu na rubrica de provisões tributárias o montante de R\$ 74.180 referente à PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre o ativo judicial Polo Ativo, mencionado na nota explicativa nº 16 (c).

Em junho de 2020, os valores dos tributos do Crédito Prêmio de IPI - Polo Ativo foram revertidos conforme a decisão do STF, totalizando o valor de R\$ 70.187 referente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, conforme mencionado na nota explicativa nº 16 (c).

O valor restante do saldo contempla os honorários de sucesso referente aos processos tributários e a provisão para contingência do PIS e COFINS sobre a receita financeira.

29. Ações de perda possível e remota

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis trabalhistas e previdenciárias, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Cíveis	3.786	3.786	3.786	3.786
Trabalhistas	11.956	9.606	11.956	9.711
Previdenciários	10.985	10.985	10.985	10.985
	<u>26.727</u>	<u>24.377</u>	<u>26.727</u>	<u>24.482</u>

a) Ação remota referente Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78, nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi informada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fazendárias, a Companhia teria supostamente cometido infrações, dentre as quais destacamos: i) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; ii) deduzido despesas não necessárias relacionadas a valores principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; e, iii) excluído valores indedutíveis relacionados ao valor principal de IRPJ e de CSLL. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas. Em julgamento pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, o lançamento foi integralmente mantido. Em sede de Recurso Voluntário interposto pela Companhia, os Conselheiros do CARF, deram parcial provimento para afastar a glosa de exclusões relativa às receitas auferidas pela conversão de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da CSLL. Após o julgamento do recurso voluntário, tanto a Companhia quanto a Fazenda Nacional manejaram os Recursos Especiais à Câmara Superior de Recursos Fiscais – CARF. Em juízo de admissibilidade o Recurso Especial da Fazenda Nacional foi admitido, enquanto que o Recurso Especial da Companhia foi parcialmente admitido. Diante do despacho de parcial admissibilidade do Recurso Especial, a Companhia interpôs recurso de agravo, o que não fora admitido, prevalecendo, portanto, a decisão de parcial admissibilidade do Recurso Especial. Atualmente, dito processo administrativo encontra-se aguardando julgamento dos Recursos Especiais manejados pela Companhia e pela Fazenda Nacional. A Companhia reitera que, segundo

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

seus assessores jurídicos, o desfecho será praticamente certo de sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais.

Em 07 de março de 2016, a Companhia foi informada da lavratura dos Autos de Infração referentes os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91, que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a Companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento do lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, para julgamento do recurso de ofício.

30. Benefícios a empregados

30.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas, desde 1997, patrocinam plano de benefícios previdenciários intitulado Portobello Prev, administrado pelo Bradesco, que conta com 3.638 participantes ativos e 25 aposentados e pensionistas. O plano tem a característica de contribuição definida na fase de acumulação dos recursos. Na fase de concessão dos benefícios, o plano apresenta a característica de benefício definido, garantindo benefícios de aposentadoria e pensão vitaliciamente aos seus participantes. Além disso, oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, custeado exclusivamente pelas patrocinadoras.

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2019	81.320	72.279	Em 31 de dezembro de 2019	74.981	62.604
Benefícios pagos no ano	(3.005)	(1.419)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.186	1.365
Contribuições participante vertidas no ano	1.202	1.059	Juros sobre obrigação atuarial	4.135	6.082
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.552	1.387	Benefícios pagos no ano	(3.005)	(1.419)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	5.370	7.022	Obrigações - (ganho) ou perda	690	6.349
Ativos - ganho ou (perda)	453	992			
Em 31 de dezembro de 2020	86.892	81.320	Em 31 de dezembro de 2020	77.987	74.981

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Valor justo dos ativos do plano	86.892	81.320	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	690	6.770
Valor presente das obrigações financiadas	(77.987)	(74.981)	Ganho (perda) nos ativos do plano	(453)	(992)
Ativo (passivo) atuarial líquido	8.905	6.338	Ganho (perda) atuarial	237	5.778

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referentes ao resultado da gestão dos ativos, são:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.185)	(1.365)
Juros sobre as obrigações atuariais	(4.952)	(6.082)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	5.371	7.022
Contribuições de participantes no ano	1.059	1.257
Ganho (perda) atuarial	293	832

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Econômicas e financeiras		
Taxa anual de juros	7,08 % a.a. nominal (inflação + 3,46 %a.a. real)	6,60 % a.a. nominal (inflação + 4,99%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	7,08 % a.a. nominal (inflação + 3,46%a.a. real)	6,60 % a.a. nominal (inflação + 4,99%a.a. real)
Inflação de longo prazo		
Projeção de crescimento salarial	3,50% a.a. (inflação + 0,62% a.a. real)	3,50% a.a. (inflação + 0,62% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	1,10%	13,20%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

A Companhia também reconheceu, em 31 de dezembro de 2020, uma receita de R\$ 293 (R\$ 832 em 31 de dezembro de 2019) no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, referente aos pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados e atualização atuarial o reflexo é outras receitas operacionais, no valor de R\$ 2.804 (vide nota explicativa nº 34).

31. Patrimônio líquido

31.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta um capital social e integralizado no valor total de R\$ 200.000 (R\$ 200.000 em 31 de dezembro de 2019), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2020 haviam 72.576.171 ações em circulação, o equivalente a 45,8% do total de ações emitidas (74.131.291 em 31 de dezembro de 2019, equivalente a 46% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

aqueles detidos por Controladores, membros do Conselho de Administração, membro do Conselho Fiscal, Administradores e ações em tesouraria.

31.2 Ações em Tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração em 31 de março de 2020, foi aprovado um novo programa de Recompra de Ações, que autoriza a aquisição de até 3.959.156 de ações, correspondendo a 2,5% do total de ações emitidas pela Companhia e a 5% das ações em circulação (*"free float"*), com vigência até 31 de março de 2021.

Até 31 de dezembro de 2020, a empresa concluiu o programa de recompra de ações, totalizando 3.959.156 ações, correspondendo a 2,5% do total de ações emitidas pela Companhia e a 5% das ações em circulação. Em janeiro de 2021, com a aprovação do Conselho de Administração, essas ações foram canceladas sem alteração do capital social.

31.3 Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pela reserva legal, reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a destinar.

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva legal soma R\$ 32.207 (R\$ 25.796 em 31 de dezembro de 2019) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A reserva de lucros a destinar, no montante de R\$ 35.633, tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada e destinada na Assembleia Geral Ordinária.

Em 2020, a Companhia constituiu Reserva para Incentivos Fiscais no valor de R\$ 26.445, referente às subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas), ao Tratamento Tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD) e ao Simples Nacional.

31.4 Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2019	33.506	(41.872)	(13.858)	(22.224)
Realização da reserva de reavaliação	(1.183)	-	-	(1.183)
Ganho (perda) atuarial	-	-	(237)	(237)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	(26.481)	-	(26.481)
Em 31 de dezembro de 2020	32.323	(68.353)	(14.095)	(50.125)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Tal reavaliação incluiu terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, que vem sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas e registradas contra lucros acumulados. O

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos), oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior, estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Em 2020, o montante de variação cambial foi de R\$ 26.481, conforme nota explicativa nº 18 (a).

32. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita bruta de vendas	1.470.595	1.265.482	1.675.221	1.415.598
Deduções da receita bruta	(313.880)	(279.423)	(343.441)	(301.329)
Impostos sobre vendas	(260.785)	(229.501)	(282.180)	(247.702)
Devoluções	(53.095)	(49.922)	(61.261)	(53.627)
Receita líquida de vendas	1.156.715	986.059	1.331.780	1.114.269
Mercado interno	983.736	797.651	1.158.801	939.218
Mercado externo	172.979	188.408	172.979	175.051

A natureza operacional e a receita líquida são demonstradas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Venda produtos próprios	1.120.751	960.259	1.189.772	1.011.370
Revenda produtos de terceiros	35.964	25.800	70.343	36.642
Royalties	-	-	71.665	66.257
Receita operacional líquida	1.156.715	986.059	1.331.780	1.114.269

33. Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(817.981)	(739.751)	(843.340)	(751.650)
Outros Custos (b)	(27.999)	-	(27.999)	-
Com Vendas	(223.424)	(219.832)	(319.149)	(306.437)
Gerais e Administrativas	(43.725)	(39.308)	(44.922)	(40.873)
	(1.113.129)	(998.891)	(1.235.410)	(1.098.960)
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	438.217	453.478	431.634	444.038
Salários, encargos e benefícios a empregados	251.522	245.959	299.516	285.242
Mão de obra e serviços de terceiros	53.776	56.125	58.577	59.796
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	56.277	48.580	56.893	49.207
Custo das mercadorias revendidas	51.497	31.335	69.654	46.392
Amortização e depreciação	47.217	43.769	59.777	53.775
Outras despesas comerciais	17.555	21.066	41.333	45.659
Comissões sobre vendas	33.942	31.696	39.936	34.844
Despesas com marketing e publicidade	34.163	29.430	40.985	38.086
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	14.444	16.844	14.444	16.844
Despesas com aluguéis	13.317	13.347	19.161	17.269
Outras despesas administrativas	5.499	6.496	7.548	7.042
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	95.703	766	95.952	766
Total	1.113.129	998.891	1.235.410	1.098.960

a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, representando a realização da vendas de itens produzidos em exercícios anteriores,

b) Valores decorrentes da ociosidade do parque fabril de Tijuca e Marechal Deodoro.

34. Outras receitas e despesas operacionais líquidas

O montante de outras receitas e despesas operacionais líquidas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está disposto da seguinte forma:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	634	779	634	779
Créditos tributários extemporâneos	-	12.805	-	12.805
Atualização atuarial (NE 30)	2.804	2.020	2.804	2.020
Ativo judicial - cédulas de crédito rural (a)	-	-	13.160	-
Expurgo do ICMS sobre PIS e COFINS (2003-2009) (b)	-	50.227	-	50.227
Reversão provisão para contingência PIS e COFINS	16.188	5.922	16.188	5.922
Reversão dos honorários advocatícios	-	1.155	-	1.155
Crédito Prêmio de IPI - Parcela Complementar (c)	83.695	-	83.695	-
Outras receitas	5.090	387	7.859	387
	108.411	73.295	124.340	73.295
Outras despesas operacionais				
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	(8.751)	(3.085)	(8.751)	(3.085)
Tributos sobre Ativo Tributário	-	-	(1.322)	-
Crédito Prêmio de IPI - Parcela Controversa - Polo Ativo (d)	(69.584)	-	(69.584)	-
Honorários advocatícios referente processo tributário	(8.836)	-	(8.836)	-
Tributos sobre outras receitas	(215)	(233)	(246)	(233)
Outras despesas	(5.296)	(10.717)	(5.624)	(9.579)
Provisão para participação no resultado (e)	(10.769)	(636)	(10.769)	(636)
	(103.451)	(14.671)	(105.132)	(13.533)
Total				
	4.961	58.624	19.208	59.762
Total líquido				

(a) Reconhecimento do valor a receber referente ao processo de cédula de crédito rural - Fraiburgo (NE 16.b)

(b) Reconhecimento Exurgo do ICMS sobre o PIS e COFINS período 2003 - 2009.

(c) Reconhecimento do valor a receber referente ao processo crédito prêmio IPI - Polo Ativo (NE 16.a)

(d) Reconhecimento do valor a pagar a Refinadora Catarinense referente ao processo crédito prêmio IPI - Polo Ativo (NE 16.c)

(e) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

35. Resultado financeiro

O resultado financeiro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas financeiras				
Juros	6.773	7.030	7.094	7.533
Atualização de ativos	2.835	7.322	4.263	7.322
Reversão atualização de contingência (a)	-	-	-	-
Ganho com operação de <i>Swap</i> (a)	8.682	388	8.682	388
Outros	307	29	2.794	132
Total	18.597	14.769	22.833	15.375
Despesas financeiras				
Juros	(23.080)	(28.273)	(25.360)	(30.126)
Encargos financeiros com tributos	(343)	-	(401)	-
Atualização de provisões para contingências	(3.956)	(5.588)	(3.957)	(5.588)
Comissões e taxas de serviços	(10.494)	(7.709)	(13.352)	(8.817)
Despesas bancárias/ Desagio (b)	(8.679)	(15.527)	(8.690)	(15.532)
Resultado de operação de <i>Swap</i> (a)	(5.026)	-	(5.026)	-
Juros sobre debêntures	(18.036)	(26.525)	(18.036)	(26.525)
Outros	(2.967)	(4.640)	(3.140)	(4.983)
Total	(72.581)	(88.262)	(77.962)	(91.571)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	46.964	3.415	46.958	3.401
Empréstimos e financiamentos	(21.826)	(2.317)	(21.843)	(2.317)
Total	25.138	1.098	25.115	1.084
Total líquido	(28.846)	(72.395)	(30.014)	(75.112)

a) Nota explicativa nº 7

b) Deságio referente à operação do recebimento do ativo tributário – Refinadora Catarinense S.A.

36. Resultado por ação**a) Básico**

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	128.240	13.128
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (a)	155.312	158.489
Lucro (prejuízo) básico por ação	0,82569	0,08283

a) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 3.959 mil ações em tesouraria, que foram compradas entre o 2º e 4º trimestre de 2020.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

37. Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020 representam 25% do lucro da Companhia menos a Reserva Legal constituída no ano de 2020, que somam R\$ 121.789.

Em janeiro de 2021 houve a antecipação dos dividendos, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de janeiro de 2021, no valor de R\$ 0,1118 por ação, totalizando R\$ 17.279. Uma proposta de dividendos adicionais será levada à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, que também irá definir a data de pagamento dos dividendos, no montante de R\$ 30.447.

Dividendos 2020	31 de dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	128.200
Constituição da reserva legal (5%)	(6.411)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	121.789
Dividendos	
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido)	(30.447)
Dividendos adicionais propostos	(30.447)
Total dos dividendos anuais	(60.894)

38. Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	1.054.714	277.066	1.331.780	939.218	175.051	1.114.269
Custo dos produtos vendidos	(706.422)	(164.917)	(871.339)	(623.981)	(127.669)	(751.650)
Lucro operacional bruto	348.292	112.149	460.441	315.237	47.382	362.619

De modo geral, a Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. Em relação ao mercado externo, a Companhia exporta para 61 países.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No final do ano de 2020, a Companhia iniciou a migração para o modelo de unidade de negócio. E está adequando sua estrutura para esta visão. Assim, o ano de 2020 passa a ser demonstrado da seguinte forma:

	Em 31 de dezembro de 2019					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.114.269	(32.262)	598.047	141.877	343.428	63.179
Custo dos produtos vendidos	(751.650)	33.267	(390.289)	(121.164)	(216.629)	(56.834)
Lucro operacional bruto	362.619	1.005	207.757	20.713	126.799	6.345
	Em 31 de dezembro de 2020					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.331.780	(47.328)	682.049	185.850	393.724	117.485
Custo dos produtos vendidos	(871.338)	21.375	(429.292)	(128.610)	(245.885)	(88.926)
Lucro operacional bruto	460.442	(25.953)	252.758	57.239	147.839	28.560

*Eliminações entre negócios

39. Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Em 31 de dezembro de 2020, os gastos contratados referentes a imobilizado, porém ainda não incorridos, somam R\$ 18.742. Tais gastos são correspondentes à modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

40. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2020, é considerada suficiente para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Seguradora R\$ mil	Apólice	Limite Máximo Indenizável	Vencimento
Mitsui Seguros	Seguro Patrimonial	378.100	13/06/2021
General Brasil Seguros S.A.	Responsabilidade Civil Administradores (D&O)	10.000	27/08/2021
HDI Global Seguros	Responsabilidade Civil Geral	6.520	01/04/2021
Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A.	Seguro de vida em grupo e assistência funeral	380.754	01/03/2021
Argo	Transporte internacional - Importação Pointer	USD 12.000	31/12/2021
Porto Seguro	Frota de automóveis	66 (veículos)	14/11/2021
Potencial Seguros	Garantia ENGIE	7.410	31/12/2021
Pottencial	Demanda Fiança Locatícia PBG S.A.	1.941	25/05/2021
AXA Seguros	Seguro Patrimonial - Lojas Próprias PBTech	35.537	25/05/2021
Seguradora Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.		1.407	24/04/2023
	Garantia na modalidade judicial	850	13/03/2021
		3.899	26/04/2024
Fairfax	15ª Vara do Trabalho de Salvador - BA	28.000	18/06/2025
Junto Seguros S.A.		314	10/05/2022
	Garantia na modalidade judicial	10.603	10/05/2022
Chubb Seguros Brasil S.A.	Seguro Patrimonial - (Somente Prédio Alagoas)	13.085	13/06/2021

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

41. Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

		Controladora	
Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Controladas			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	53.023	37.237
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	805	592
Contas a receber	Portobello América, Inc.	45.309	95.422
Contas a receber	PBTech Com. Sem. Cer. Ltda.	8.232	9.534
Adiantamento a clientes	PBTech Com. Sem. Cer. Ltda.	(2.581)	-
Contas a receber líquido de adiantamentos	Cia Brasileira de Cerâmica	227	194
Contas a pagar líquido de adiantamentos	Cia Brasileira de Cerâmica	(19)	-
Contas a pagar líquido de adiantamentos	Mineração Portobello Ltda.	(1.467)	-
Ativos líquidos dos passivos com controladas		103.529	142.979
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Créditos pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	-	100.936
Dívida com pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	(56.330)	(22.803)
Contas a receber líquido de adiantamentos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	378	232
Contas a receber líquido de adiantamentos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	-	6
Contas a receber líquido de adiantamentos	Multilog Sul Armazéns S/A	6	-
Contas a pagar	Multilog Sul Armazéns S/A	-	(1.597)
Contas a pagar	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(36)	-
Contas a pagar	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(6.539)	(3.416)
Contas a pagar	AB Parking	(13)	-
Contas a pagar	Neoway	(106)	(2)
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		(62.640)	73.356

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		Acumulado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Natureza - Resultado	Empresa		
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	60.236	44.126
Venda de produtos	Cia Brasileira de Cerâmica	618	592
Venda de produtos	Portobello América, Inc.	40.370	-
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	22.767	36.235
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	10.296	13.192
Despesas			
Controladas			
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(7.972)	(986)
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Aluguel	Gomes Part Societárias Ltda.	(457)	-
Serviços de frete	Multilog Sul Armazéns S/A	(6.134)	(1.944)
Serviço de cortes	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(14.664)	(11.454)
Serviço Software	Neoway Tecnologia	(541)	(189)
Marketing	Decorado Marketplace Ltda.	(538)	-
Software	Senior Sistemas S/A	(521)	-
Serviços de estacionamento	AB Parking	(282)	-
		103.177	79.572

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Natureza	Acumulado	
					31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Patrimonial			Resultado		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber líquido de adiantamentos	607	690	Royalties	6.694	7.561
	Contas a receber líquido de adiantamentos	198	351	Royalties	2.573	3.216
Flooring Revest. Cer. Ltda.		<u>805</u>	<u>1.041</u>		<u>9.267</u>	<u>10.777</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Remuneração de pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da Administração, que compreendem os membros da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Remuneração fixa				
Salários	13.213	11.826	14.893	13.665
Honorários	6.571	5.989	6.571	5.989
Remuneração variável	1.869	1.591	2.197	1.853
Plano de previdência	838	894	872	964
Outros	1.807	2.036	1.998	2.272
Benefícios por desligamento	115	279	154	279
	<u>24.413</u>	<u>22.615</u>	<u>26.683</u>	<u>25.022</u>

42. Eventos subsequentes

A Companhia identificou do período do fechamento de exercício de 2020 até a data de publicação das Demonstrações Financeiras, os seguintes eventos subsequentes:

a) Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 20 de janeiro de 2021, foi aprovada a antecipação do pagamento dos dividendos referente ao primeiro semestre de 2020. O pagamento ocorreu no dia 9 de fevereiro de 2021, totalizando R\$ 17.278 mil, sendo R\$ 0,11181398 por ação, representando 25% do lucro apurado pela Companhia.

b) Foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de janeiro de 2021, o cancelamento de 3.959.156 ações em tesouraria, oriundas do programa de recompra, representando 100% das ações autorizadas a compra, conforme nota explicativa nº 31.2. O cancelamento das ações foram readequados com parte dos saldos da Reserva de Lucros.

c) Na mesma Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de janeiro de 2021, foi aprovado um novo programa de recompra de ações, com duração de 365 dias, encerrando-se em 21 de janeiro de 2022. Esse novo programa prevê que poderão ser adquiridas até 6.999.658 ações, o que corresponde a 9,6% das ações em circulação e 4,4% do total de ações da Companhia.